

RECURSO ESPECIAL Nº 1.787.242 - SP (2018/0334356-9)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A
ADVOGADO : GUSTAVO GONÇALVES GOMES - SP266894A
SOC. de ADV. : SIQUEIRA CASTRO ADVOGADOS
RECORRIDO : FERNANDO ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO : CAMILA BELO DAS NEVES - SP242951

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A, com fundamento na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, em face de acórdão da seguinte forma ementado:

AGRAVO INTERNO. Plano de saúde. Sentença de procedência. Internação em clínica psiquiátrica. Pleito de limitação de cobertura de internação em 30 dias por ano e, após, coparticipação. Inexistência de cláusula contratual limitativa. Precedente AgRESp nº 689.696-SP. Recurso a que se nega provimento.

Nas razões do especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 1.022 do Código de Processo Civil; 16, VIII, da Lei n. 9.656/1998; 51, II e IV, § 1º, e 54, §§ 3º e 4º, do Código de Defesa do Consumidor.

Alega negativa de prestação jurisdicional. Afirma que a seguradora não pode ser obrigada a custear despesas integrais de internação em clínica de tratamento psiquiátrico, se a lei permite expressamente a inclusão de cláusula que prevê a coparticipação a partir do 31º dia de internação, no contrato.

Aduz ser inaplicável a Súmula 302 do Superior Tribunal de Justiça, porquanto o que se discute não é a limitação da internação, mas sim, da possibilidade de cobrança por coparticipação do segurado.

O recurso foi admitido na origem, nos termos da decisão de (e-STJ fls. 408-409).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

No tocante às alegações de ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, verifico que essas não merecem prosperar.

Isso porque não configura ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado pela parte recorrente.

Dessa forma, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar nos vícios apontados. Nesse sentido: AgRg no Ag 829.006/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 28/9/2015; AgRg no AREsp 670.511/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 1/3/2016.

Com efeito, destaca-se que é assente a orientação deste Superior Tribunal de Justiça que não se configura abusiva a cláusula expressa que estabelece coparticipação para a hipótese de internação superior a 30 (trinta) dias, decorrente de transtornos psiquiátricos, visto que ínsita à manutenção do equilíbrio entre as prestações e contraprestações relacionadas à gestão de custos do contrato de plano de saúde.

Ainda, que a referida cláusula de coparticipação “é hipótese sensivelmente distinta daquela em que há cláusulas de restrição absoluta de cobertura de internações que extrapolam o prazo contratado” (AgInt no AREsp 774.936/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/9/2016, DJe 21/9/2016).

O Tribunal de origem, todavia, concluiu que a referida previsão não constava do contrato entabulado, conforme se depreende da leitura do seguinte trecho (e-STJ, fl. 307):

"In casu", não há no contrato firmado entre as partes cláusula clara e expressa do tempo de internação. Logo, não há que se falar em limitação, como pretendido pela apelante.

A análise das razões do recurso, a fim de demover o que concluído pela origem, demandaria inevitável reexame de matéria fática, procedimento que encontra óbice nos verbetes 5 e 7 da Súmula desta Corte. A propósito, veja-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COMINATÓRIA. ABSTENÇÃO DE COBRANÇA DE COPARTICIPAÇÃO EM INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, "não é abusiva a cláusula de coparticipação, expressamente contratada e informada ao consumidor, para a hipótese de internação superior a 30 (trinta) dias decorrente de transtornos psiquiátricos, pois destinada à manutenção do equilíbrio entre as prestações e contraprestações que envolvem a verdadeira gestão de custos do contrato de plano de saúde" (AgInt no AREsp 774.936/DF, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 13.09.2016, DJe 21.09.2016). Caso líder: REsp 1.511.640/DF, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 02.06.2015, DJe 18.06.2015).

2. Na hipótese, o Tribunal de origem considerou que a cláusula que estipulou o dever de coparticipação do usuário do plano de saúde não foi redigida com destaque, o que dificultou sua imediata e fácil compreensão, não tendo, assim, a operadora se desincumbido de seu dever de informação. Incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1741748/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 25/09/2018.)

A conclusão proferida pelo Colegiado estadual está em perfeita harmonia com a jurisprudência adotada neste Superior Tribunal de Justiça que, embora entenda ser lícita, nos termos da lei, a coparticipação do consumidor, exige que as cláusulas contratuais sejam claras; e que não acarretem desvantagem exagerada àquele. Confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. CLÁUSULA DE COPARTICIPAÇÃO. REEXAME DO CONTRATO E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos ou interpretação de cláusula contratual (Súmulas n. 5 e 7 do STJ).

2. **No caso concreto, o Tribunal de origem examinou o contrato e demais provas dos autos para concluir que as cláusulas que definem a coparticipação não são abusivas, pois estão redigidas de forma clara, além do que o percentual fixado não impede o usuário de ter acesso ao tratamento necessário.** Em tais

condições, o exame da pretensão recursal, no sentido de se verificar que a previsão contratual impediria a utilização do serviço, demandaria nova análise dos elementos fáticos, inviável em recurso especial.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AgRg no REsp 1552436/PR, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 21/02/2017, DJe 09/03/2017.)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PLANO DE SAÚDE. ENTIDADE DE AUTOGESTÃO. CDC. INAPLICABILIDADE. TRATAMENTO ODONTOLÓGICO. CIRURGIA. COPARTICIPAÇÃO DO USUÁRIO EM VALORES PERCENTUAIS. **PREVISÃO CONTRATUAL CLARA E EXPRESSA**. LEGALIDADE. FATOR DE RESTRIÇÃO SEVERA AOS SERVIÇOS. INEXISTÊNCIA. ABUSIVIDADE. AFASTAMENTO. DANOS MORAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. (...)

3. Não há falar em ilegalidade na contratação de plano de saúde em regime de coparticipação, seja em percentual sobre o custo do tratamento, seja em montante fixo, até mesmo porque "percentual de co-participação do consumidor ou beneficiário" (art. 16, VIII, da Lei nº 9.656/1998) é expressão da lei. Vedação, todavia, da instituição de fator que **limite seriamente o acesso aos serviços de assistência à saúde, a exemplo de financiamentos quase integrais do procedimento pelo próprio usuário, a evidenciar comportamento abusivo da operadora**. (...)

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1563986/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 06/09/2017.)

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

